CONSELHO DE CLASSE COMO MEIO DE TRANSFORMAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA: UMA TRAJETÓRIA POSSÍVEL[1]

Eunice Mendes de Campos[2]

RESUMO

O Conselho de Classe como espaço de discussão pedagógica propicia o repensar das práticas realizadas na escola, tornando possível a transformação do trabalho pedagógico desenvolvido. O presente artigo se propõe a discutir a prática pedagógica realizada nos conselhos de classe tendo como referenciais o aprofundamento teórico sobre o tema. Inicialmente identifica o Conselho de Classe como uma etapa do processo de avaliação da escola, e a relação da concepção de avaliação adotada pela escola em seu Projeto Político Pedagógico e a efetivada em sua prática diária. Em um segundo momento analisa as possibilidades de reconstrução das práticas pedagógicas dos conselhos de classe através de ações coletivas de todos os segmentos da escola; na participação e construção compartilhada das decisões, no desenvolvimento da autonomia e no posicionamento crítico diante da realidade que se apresenta. Apresenta os avanços ocorridos após estudo realizado pelos membros que participam dos conselhos de classe realizados na escola. E constata a importância dos Conselhos de Classe enquanto instância colegiada que propicia o diálogo entre as diferentes posturas e posicionamentos dos diversos profissionais, o que possibilita a diminuição dos erros de avaliação que tanto têm prejudicado os alunos quanto a ação docente, assim como a prática pedagógica da escola como um todo.

Palavras-chaves: Conselho de Classe. Prática Pedagógica. Transformação.

ABSTRACT

The Class Council as a teaching discussion forum makes it possible to rethink practices in use at a school and enables the transformation of developed teaching. This article aims to discuss the pedagogical practice used in class councils in order to probe further the theory of the theme. Initially, the article identifies the Class Council as a stage of the evaluation process of the school, and the evaluation concept adopted by the school in its Pedagogical Project Policy is that which is put into effect on a daily basis. The article then analyzes the possibilities of reconstructing the pedagogical practices of class councils through the collective actions of all segments of the school; in shared

[1] Artigo produzido como atividade final do PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional - PR).
[2] Professora Pedagoga da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

participation and construction of decision making, in the development of autonomy and critical positioning to face reality. It presents the advances made after a study by the members who take part in the school's class councils. It also shows the importance of Class Councils as a collegiate forum that fosters dialogue among the various postures and positions of the professionals who work at the school, which leads to reduced evaluation errors that have had adverse effects on both students and teaching staff and the teaching practice of the school as a whole.

Key words: Class Council. Pedagogical Practice. Transformation.

1. INTRODUÇÃO

O Conselho de Classe constitui um momento de reflexão sobre as práticas presentes no cotidiano escolar, com o objetivo de acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos e redirecionar as práticas pedagógicas docentes. É uma instância colegiada importante pelo papel que desempenha nesse processo. Assim, esse texto se propõe a apresentar uma análise das práticas pedagógicas dos conselhos de classe realizados por um grupo de professores de uma escola pública de Curitiba, Paraná, embasada por um aprofundamento teórico realizado sobre o tema.

2. CONSELHO DE CLASSE E A CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Os integrantes do Conselho de Classe, entendido como uma etapa do processo de avaliação da escola, o qual não é um processo isolado, mas está ligado aos objetivos da escola como um todo e das disciplinas específicas, à metodologia utilizada e aos conteúdos ensinados, necessitam desse entendimento para que essa instância cumpra o seu papel de espaço de transformação da prática pedagógica.

Para isso, a concepção de avaliação adotada pela escola em sua prática educativa deve ser clara e estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico da mesma. Pois, como afirma Vasconcelos (1994, p.45), "a

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

avaliação escolar é, antes de tudo, uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder, aos objetivos, às finalidades, aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo".

Apesar de presente no Projeto Político Pedagógico da escola, essa concepção necessita ser relembrada na prática cotidiana da escola, visto que, nas avaliações dos conteúdos das disciplinas, como no momento do Conselho de Classe, a preocupação dos professores de certa forma recai na questão disciplinar, nos instrumentos e nos resultados, ficando em segundo plano o processo de ensino, o que leva a evidenciar a fala de Dalben (2006, p.13) que:

> a escola, como uma instituição social, encontra-se, neste momento, num processo dinâmico de renovação de valores, princípios, conteúdos e formas, na perspectiva de uma ação significativa, competente e comprometida com a melhoria de vida da população e com o engajamento num novo tempo.

Dessa forma, não cabe a negligência de se realizar também uma avaliação do processo de ensino, neste momento de renovação, pois, o Conselho de Classe possibilita essa articulação, por ser um órgão colegiado, de ação coletiva, na participação dos diversos segmentos da escola, tendo como objeto de estudo a avaliação do processo de trabalho escolar.

O processo de ensino deve superar a simples dimensão de transmissão-assimilação, pois, como afirma Dalben (2006, p.16), "se trata de uma relação que, além de permitir a leitura crítica da realidade, pode ensejar um processo de transformação da própria realidade".

Uma vez que a avaliação envolve, tanto a aprendizagem significativa do aluno quanto a avaliação da própria ação do professor, considera-se que a reflexão do professor sobre o seu próprio trabalho é o melhor instrumento de aprendizagem e de formação em serviço, já que permite a ele se colocar diante de sua própria realidade de maneira crítica. (Dalben, 2006)

Nesse sentido, ao avaliar seu trabalho, deve analisar os processos avaliativos utilizados, a concepção de avaliação que norteia sua ação, pois, a avaliação deve existir para que os alunos aprendam mais e melhor, servindo como um indicador para retomada dos encaminhamentos metodológicos que propiciem um ensino significativo.

Segundo Dalben, (2006, p.72), a finalidade do processo de avaliação é:

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

> realizar uma investigação contínua da realidade para melhor conhecê-la e entendê-la, cabendo aos educadores o papel de captar essa totalidade de relações, coletando dados e informações sobre o desenvolvimento dos alunos e, cuidadosamente, registrando suas necessidades e possibilidades. O objetivo da avaliação não é mais o de obter um produto pronto e fechado, mas o de buscar conhecer cada vez mais o aluno e a realidade que o integra. O processo de ensino transforma-se num desafio para o professor, porque, ao mesmo tempo em que ele busca intervir no processo de aprendizagem do aluno, sabe que esse aluno lhe oferecerá dados que não conhece e que merecem sua atenção. Para isso, precisa estar atento à investigação das questões que merecem maior investimento pedagógico para, conseqüentemente, alterar os encaminhamentos didáticos.

Ainda, segundo Libâneo (1992, p.196), pode-se definir “a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas”.

Para alterar os encaminhamentos didáticos o professor além de repensar sua prática avaliativa, deve inicialmente planejar sua ação educativa, ou seja, o processo de ensino, do qual, a avaliação, e um de seus componentes, e, ainda segundo Libâneo (1992, p.200),

> o objetivo do processo de ensino e de educação é que todas as crianças desenvolvam suas capacidades físicas e intelectuais, seu pensamento independente e criativo, tendo em vista tarefas teóricas e práticas, de modo que se preparem positivamente para a vida social.

Portanto, a auto-avaliação deve ser prática constante no trabalho docente, presente na concepção de avaliação, para que o processo de ensino atinja seu objetivo. E, o Conselho de Classe, como importante instância colegiada da escola pelos objetivos de seu trabalho, propicia esse momento, sendo capaz de dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino, foco central do processo de escolarização (DALBEN, 2006).

Assim, tanto a avaliação do aluno como a auto-avaliação do professor no processo de ensino adquirem valor na medida em que estiverem a serviço da aprendizagem do aluno, direcionada para o diagnóstico dos resultados a serem atingidos e melhoria da qualidade do ensino.

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

2.1 CONSELHO DE CLASSE E A RECONSTRUÇÃO DE SUAS PRÁTICAS

Embora no Conselho de Classe, como parte de uma instância avaliativa, os seus participantes apresentam resistência na avaliação de seu trabalho. Esses profissionais avaliam os alunos, alguns de seus pares, a equipe pedagógica, mas o processo de avaliação não é direcionado a quem avaliou, visto que a prática pedagógica frequente nas escolas, em reuniões de Conselho de Classe, ocorre com os professores mencionando os nomes de cada aluno apresentando suas notas, por vezes, seu comportamento em sala de aula, porém não se manifesta quanto aos critérios adotados, quanto à metodologia desenvolvida em sala de aula ou o tipo de processo avaliativo adotado; passando o Conselho de Classe a ser um momento de discussão sobre os alunos problemáticos, desconsiderando as condições de ensino, foco do trabalho docente.

Nesse aspecto, Dalben (2006, p.70) reitera que “a transformação da prática pedagógica liga-se estreitamente à alteração da concepção de avaliação porque a construção do processo avaliativo expressa o conhecimento da e sobre a escola que é produzido na própria relação de avaliação”.

Esse conhecimento perpassa a formação do professor, suas condições de trabalho, o tipo de gestão exercida na escola, suas vivências como docente, seu modo de vida, seus ideais pessoais que delimitam o campo de observação de sua prática escolar, sua produção de conhecimentos e ações sobre a realidade que atua.

A LDBEN nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996, em seu artigo 3º, inciso VIII, afirma que o ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática. Nesse sentido, resgata a efetiva função social da escola, voltada a um trabalho educativo de construção coletiva, incluindo todos os seus agentes. Assim, destaca-se o papel do Conselho de Classe como dinamizador do projeto pedagógico da escola, sendo o espaço privilegiado de produção de conhecimento da escola e sobre ela. Como afirma Dalben (2006, p.75), o Conselho de Classe,

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

> tendo como objeto de estudo a avaliação da aprendizagem do aluno, a ação efetiva dessa instância se dá na análise desses resultados para o desenvolvimento de um outro nível de reflexão, mais global e integrador, situado na produção de um conhecimento sobre o ensino, sobre a aprendizagem e sobre toda a escola. Isso significa, para os Conselhos de Classe, uma importante possibilidade de congregar em sua prática as possibilidades de produção de propostas de intervenção inovadoras e a construção dos projetos pedagógicos coletivos das escolas, apresentando-se ainda, como uma instância capaz de permitir a formação em serviço do profissional reflexivo.

Nesse contexto, o Conselho de Classe, deve ser considerado na organização do plano de ação gestor da escola, tendo a posse do processo de gestão político-pedagógica da escola, por meio de seu eixo central que é a avaliação escolar. (Dalben, 2006)

Ressalta-se que a gestão democrática passa a ser vista sob o ponto da organização coletiva da escola em função dos seus sujeitos. E na medida em que a gestão democrática (colegiada) define coletivamente as ações e as concepções da escola, ela passa a constituir-se numa condição determinada e determinante de uma teoria e prática progressista de educação.

Assim, a responsabilidade da construção deste projeto de sociedade e de educação é de toda a comunidade escolar, sendo

> um processo democrático de decisões, preocupa-se em ministrar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mundo impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola (...) (VEIGA, 1995, p.13).

O princípio da gestão democrática na LDBEN pressupõe a participação coletiva, a construção compartilhada das decisões, o desenvolvimento da autonomia e de posicionamentos críticos diante da realidade que se apresenta, portanto, para além de uma questão meramente administrativa, a gestão democrática envolve a democratização das relações internas na escola e a socialização do conhecimento para todos. Dessa forma, a gestão democrática não deve existir somente no papel, mas como ação política, uma vez que as escolhas que se faz dos conteúdos, objetivos do ensino e a concepção de avaliação adotada concorrem para uma ação educativa voltada para a transformação ou para a manutenção das relações sociais vigentes, ou seja, as decisões tomadas no cotidiano da escola, além de pedagógicas são políticas, uma vez que definem uma posição perante a função social da escola pública.

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

Na escola analisada, embora esse princípio esteja presente no Projeto Político Pedagógico da mesma, os professores o exercem de uma forma tímida, verifica-se pela participação nos órgãos colegiados como o Conselho Escolar, onde a participação de seus representantes fica prejudicada pela falta de tempo na discussão com antecedência dos assuntos tratados, assim, as decisões tomadas não representam a totalidade das idéias do segmento representado.

No Conselho de Classe, de certa forma, também o exercem de forma tímida, visto que as imposições externas são consideradas maiores do que as reflexões sobre a realidade prática; ou seja, a análise da realidade fica restrita ao comportamento do aluno e das atitudes da família como empecilho para a aprendizagem do aluno, ficando a parte o processo de ensino, a prática pedagógica docente.

Nesse contexto, é importante uma análise dessas atitudes por parte dos professores, uma vez que vários fatores concorrem para a permanência das mesmas no contexto escolar como: a desvalorização da educação, as condições de trabalho, a carga mental do trabalho, as relações sociais no trabalho, as políticas educacionais e o controle do trabalho, segurança e violência na escola, a indisciplina em sala de aula, a formação do professor.

Tendo incorporado alguns desses fatores o professor sente-se vitimado pelos mesmos, o que obscurece sua visão da realidade escolar onde atua. Assim, persiste a resistência quanto à participação dos alunos nos Conselhos de Classe ficando restrita a atuação nos pré-conselhos das turmas.

Vale lembrar a atuação dos pedagogos, enquanto organizadores do trabalho pedagógico na escola, na forma de organização das reuniões de Conselhos de Classe tendo como base os objetivos oriundos das necessidades evidenciadas no cotidiano escolar, e na mediação para a participação de alunos e pais como membros dessa instância. Nesse sentido, o redimensionamento dos Conselhos de Classe constitui-se num dos eixos da Gestão Democrática.

E como afirma Souza (2006, p.144):

> a gestão democrática é compreendida então como um processo político através do qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, dialogam e discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

> conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Tendo como base a gestão democrática, os pedagogos como os professores ao atuarem como membros do Conselho de Classe devem fazer uso da compreensão desse processo, na tomada de decisões que atendam as dificuldades dos alunos e principalmente a função social da escola.

Refletir sobre a função social da escola remete à reflexão de que cada sujeito do processo educativo tem suas funções específicas, porém, o planejamento e implementação das ações parte do coletivo, portanto, a legitimidade da gestão democrática se dá nos processos de participação efetiva; assim, assume-se a responsabilidade no cumprimento da função social da escola.

Nesse processo de participação e de construção coletiva de ações, o pedagogo é o intelectual orgânico das massas (Gramsci, 2000), um profissional que compreende a natureza do trabalho coletivo da escola, que pensa o papel da escola historicamente e que media as relações pedagógicas, ou seja: professor, aluno, currículo, metodologia, processo de avaliação, processo de ensino-aprendizagem e a organização curricular, portanto, media e orienta a prática docente à luz de uma concepção de educação progressista.

Cabe enfatizar o papel do pedagogo nas escolas. Saviani (1985, p.27) define o pedagogo ”como aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação. É, pois aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade”. Nesse sentido, o pedagogo escolar é aquele que domina sistemática e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural que se dá no interior das escolas, nas relações com os demais profissionais da educação. Aquele que realiza a transposição didática, ou seja, a conversão do saber sistematizado em saber escolar.

O pedagogo tendo como elementos constitutivos do seu trabalho pedagógico o planejamento, o currículo e a avaliação em suas várias

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

instâncias, tais como o sistema educacional, a escola, o ensino, e a articulação entre os segmentos profissionais, entre as áreas do conhecimento, entre as séries, níveis e modalidades de ensino, realiza as atividades de coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do projeto político-pedagógico e do plano de ação da escola; assim como das ações que se constituem em rotina na escola, no cotidiano que expressa a organização da escola, no seu projeto pedagógico.

Além dessas ações o pedagogo enquanto articulador do trabalho pedagógico deve promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudos para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola. Intervenção que implica em organizar, organização essa que pressupõe um trabalho intencional com ações coerentes para que as atividades escolares não se percam em inúmeras atividades acessórias, desviando-se de seu papel fundamental que é a difusão do saber sistematizado, isto é, aquele de caráter científico.

O trabalho do pedagogo exige essa articulação dentro das relações reais que estabelece no seu local de trabalho, ou seja, na escola, com os demais profissionais, fazendo sua práxis, juntamente com seus companheiros de trabalho, através do processo pedagógico que viabiliza. E esse processo pedagógico pressupõe a integração entre professores e equipe pedagógica em torno de um objetivo comum, ou seja, a promoção da aprendizagem e a constante melhoria da qualidade da educação. Embora, a formação do pedagogo seja específica e diretamente voltada ao domínio das formas, enquanto que a do professor volta-se ao domínio dos conteúdos, a mediação do saber pedagógico com o da especificidade do conteúdo possibilita as formas de conversão do conhecimento ou saber sistematizado em saber escolar.

Sob esta perspectiva, verifica-se que na escola analisada, embora as pedagogas tenham clareza do seu papel, o desempenho de suas funções fica prejudicado pela demanda do cotidiano, o que dificulta o diálogo com os professores nas atividades relativas ao processo de acompanhamento e avaliação do ensino e aprendizagem e do trabalho educativo. Assim, é preciso que a compreensão do papel do pedagogo seja condição de todo o coletivo

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

escolar e principalmente do próprio pedagogo, para que sua função não seja reduzida pelo fazer diário. Sendo que a ação do pedagogo junto ao professor, contribui no trabalho educativo, descrito por Saviani como “(...) ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens”, já que” (...) o indivíduo da espécie humana não nasce homem; ele se forma homem (...) precisa ser educado”. (SAVIANI apud Martins, 2004, p.46)

A ação do pedagogo perpassa toda a organização do trabalho pedagógico; e sua atuação no Conselho de Classe torna-se relevante no sentido de superar as práticas excludentes vivenciadas nas escolas, possibilita reorganizar o trabalho pedagógico e, mais especificamente, o trabalho educativo didático que se concretiza na relação aluno-professor.

Nessa relação, tanto professor quanto aluno são co-autores do processo ensino-aprendizagem, pois, juntos verificam a que servem os conteúdos científico-culturais propostos pela escola.

Nesta perspectiva, como afirma Gasparin (2003, p.2)

> o novo indicador da aprendizagem escolar consistirá na demonstração do domínio teórico do conteúdo e no seu uso pelo aluno, em função das necessidades sociais a que deve responder. Esse procedimento implica um novo posicionamento, uma nova atitude do professor e dos alunos em relação ao conteúdo e à sociedade: o conhecimento escolar passa a ser teórico-prático. Implica que seja apropriado teoricamente como um elemento fundamental na compreensão e na transformação da sociedade.

Essa nova postura implica em mudanças no fazer pedagógico do professor, na forma de trabalhar os conteúdos, contextualizando-os em todas as áreas do conhecimento humano.

Essa metodologia possibilita evidenciar aos alunos que os conteúdos são uma produção histórica de como os homens conduzem sua vida nas relações sociais de trabalho em cada modo de produção, e que os conteúdos apresentam dimensões conceituais, científicas, históricas, econômicas, ideológicas, políticas, culturais, educacionais que necessitam ser explicadas e apreendidas no processo de ensino e aprendizagem.

Nessas dimensões, nas divisões do conhecimento, ocorre a perda da totalidade, e na busca da unidade, a interdisciplinaridade proporciona uma apreensão crítica das diversas dimensões da mesma realidade.

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

Nesse sentido, Gasparin (2003, p.3) explicita que:

> os conhecimentos científicos necessitam, hoje, ser reconstruídos em suas pluridetermінações, dentro das novas condições de produção da vida humana, respondendo, quer de forma teórica, quer de forma prática, aos novos desafios propostos. Evidentemente, essa nova forma pedagógica de agir exige que se privilegiem a contradição, a dúvida, o questionamento; que se valorizem a diversidade e a divergência; que se interroguem as certezas e as incertezas, despojando os conteúdos de sua forma naturalizada, pronta, imutável. Se cada conteúdo deve ser analisado, compreendido e apreendido dentro de uma totalidade dinâmica, faz-se necessário instituir uma nova forma de trabalho pedagógico que dê conta deste novo desafio para a escola.

Para atender aos novos desafios propostos, a nova forma de trabalho pedagógico, o novo método terá como ponto de partida a realidade social mais ampla para a especificidade teórica da sala de aula e desta para a totalidade social novamente, tornando possível o processo dialético de trabalho pedagógico. E Gasparin (2003, p.5) afirma que...

> essa metodologia dialética do conhecimento perpassa todo o trabalho docente-discente, estruturando e desenvolvendo o processo de construção do conhecimento escolar, tanto no que se refere à nova forma de o professor estudar e preparar os conteúdos e elaborar e executar seu projeto de ensino, como às respectivas ações dos alunos. A nova metodologia de ensino-aprendizagem expressa a totalidade do processo pedagógico, dando-lhe centro e direção na construção e reconstrução do conhecimento. Ela dá unidade a todos os elementos que compõem o processo educativo escolar.

No entendimento da teoria dialética do conhecimento tendo a correspondente metodologia de ensino-aprendizagem, Saviani (1999, p.83) afirma que:

> o movimento que vai da síncrese (“a visão caótica do todo”) à síntese (“uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”), pela mediação da análise (“as abstrações e determinações mais simples”) constitui uma orientação segura tanto para o processo de descoberta de novos conhecimentos (o método científico) como para o processo de transmissão-assimilação de conhecimentos (o método de ensino).

Complementando, Corazza (1991, p. 86), esclarece que

> se a teoria dialética do conhecimento afirma que: 1º) o processo de conhecimento tem como ponto de partida a prática social; 2º) a teoria está em função do conhecimento científico da prática social e serve como guia para ações transformadoras e 3º) a prática social é o critério de verdade e o fim último de todo o processo cognitivo, a

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

> concepção metodológica dialética adota o mesmo paradigma, qual seja – 1º) partir da prática; 2º) teorizar sobre ela e 3º) voltar à prática para transformá-la.

Tendo como referencial a teoria dialética do conhecimento, a proposta pedagógica apresenta encaminhamentos condizentes com a mesma, tendo como primeiro passo ver a prática social dos sujeitos da educação, o segundo passo consiste na teorização sobre a prática social, e o terceiro passo é o retorno à prática para transformá-la. Assim, ao colocar em prática os conhecimentos adquiridos, o sujeito modifica sua realidade imediata. Esse processo se desenvolve em círculos concêntricos e crescentes e não de forma linear, possibilitando ao educando a busca de novos conhecimentos e novas práticas.

Assim, Gasparin (2003, p.10) afirma que:

> em seu conjunto, essa metodologia de ensino-aprendizagem apresenta três características desafiadoras: 1) nova maneira de planejar as atividades docentes-discentes; 2) novo processo de estudo por parte do professor, pois todo o conteúdo a ser trabalhado deve ser visto de uma perspectiva totalmente diferente da tradicional; 3) novo método de trabalho docente-discente, que tem como base o processo dialético: prática-teoria-prática.

A escola analisada apresenta os referenciais da pedagogia histórico-crítica em seu Projeto Político Pedagógico, porém, não se evidencia a correspondência da teoria dialética do conhecimento, do método dialético de construção do conhecimento escolar com a prática vivenciada na escola.

Esse fato se caracteriza pela atuação dos professores no momento do Conselho de Classe, visto que o maior entrave ocorre na realização da auto-avaliação do processo de ensino, onde se faz necessário replanejar as ações, modificar sua prática mediante as dificuldades apresentadas pelos alunos, ou seja, a aplicação, como propôs Gasparin de uma metodologia de ensino-aprendizagem que tenha como base o processo dialético: prática-teoria-prática.

A prática pedagógica realizada na escola em questão apresentou mudanças após o estudo teórico-prático realizado pelos professores sobre a proposta de práticas pedagógicas a serem vivenciadas nos Conselhos de Classe, visando sua reorganização, para que sua real função seja efetivada.

Assim sendo, uma das primeiras medidas de enfrentamento é vivenciar na escola uma avaliação não excludente, para tanto, é fundamental que o

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

professor tenha em sua rotina subsídios que facilite suas reflexões, que transmita segurança, para retirada de vícios e obstáculos deixados por uma educação punitiva, seletiva, que contribui para o fracasso escolar.

A Deliberação nº 007/99 do Conselho Estadual de Educação afirma em seu artigo 1º, que:

> A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

Nesse sentido, a avaliação envolve a aprendizagem significativa do aluno, indicando em que medida os objetivos propostos no projeto político pedagógico e na proposta pedagógica curricular da disciplina estão sendo atingidos, e quais aspectos estão dificultando a aprendizagem, indicando outras possibilidades de direção do trabalho; e a avaliação da própria ação do professor, que reflete sobre a metodologia adotada, a pertinência dos conteúdos trabalhados, as relações estabelecidas com os alunos em sala de aula, reorientando seu trabalho na busca pela aprendizagem significativa do aluno.

Assim, a avaliação tem que promover reflexões e avanços, não a exclusão e marginalização. E para atingir esses objetivos, torna-se imprescindível o acompanhamento da equipe pedagógica atuante desde o início do ano letivo, na atualização do Projeto Político Pedagógico, do Plano de Ação da Escola, na elaboração do Plano de Trabalho Docente dos professores, e no estabelecimento dos critérios de avaliação das disciplinas, realizando a articulação dos mesmos.

Outro encaminhamento necessário é reestruturar o Conselho de Classe, e uma das possibilidades como indica Cruz (2005, p. 19), realizá-lo através da “Auto-avaliação dos profissionais da escola; Análise diagnóstica das turmas; Proposta de ação individual e coletiva; e da Análise dos casos relevantes”.

Nesse formato a auto-avaliação do professor consiste na tomada de consciência da sua própria ação, de suas limitações e acertos. Esta atividade nem sempre ocorre facilmente, uma vez que a cultura escolar não tem

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

privilegiado esta postura, havendo resistência por parte de muitos professores. Dessa forma, Cruz (2005, p.24), ressalta que:

> o que o professor diz na avaliação de seu próprio trabalho deve servir como elemento para a coordenação ajudá-lo a superar as dificuldades apresentadas, confrontar o problema com que os outros professores também apresentam para juntos, descobrirem os possíveis caminhos de superação. A coordenação deve ter claro que, também aqui, a avaliação não é para classificar o professor e sim para ajudá-lo a desempenhar melhor o seu trabalho.

Dando continuidade, o mesmo autor propõe a auto-avaliação da própria direção e da equipe pedagógica sobre sua atuação e uma análise sobre as condições de trabalho que a própria escola oferece.

Quanto à auto-avaliação do professor Dalben (2006, p.75), reitera e considera que:

> a reflexão do professor sobre seu próprio trabalho é o melhor instrumento de aprendizagem e de formação em serviço, já que permite a ele se colocar diante de sua própria realidade de maneira crítica. Nesse contato com a situação prática, o professor tem chances de adquirir e construir novas teorias, novos esquemas e novos conceitos, assim como vivenciar seu próprio processo de aprendizagem. Converte-se num investigador da sala de aula, tornando-se um avaliador de si mesmo e autônomo em suas decisões, não dependente de regras ou receitas externas; torna-se um analista das normas ou prescrições curriculares impostas pelos órgãos de administração escolar e adquire um novo olhar pedagógico perante a realidade social. Essa nova atitude dos profissionais da educação é que, na verdade, irá ressignificar as práticas do Conselho de Classe.

Em relação à auto-avaliação do professor, do pedagogo, da direção, enfim da equipe pedagógica, entendida como todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, proporciona um momento rico de interação e trabalho coletivo, resultando em ações conjuntas na busca de soluções para as defasagens e problemas detectados.

Na análise diagnóstica das turmas, é importante não centrar apenas na constatação de problemas disciplinares e de falta de interesse dos alunos. É necessário levar em conta os vários fatores que influenciam a aprendizagem como o seu contexto de vida, a metodologia utilizada pelo professor, os instrumentos de avaliação, as relações que estabelecem em sala de aula. Ao levar em consideração esses dados podem sugerir ações coletivas concretas que levem às mudanças necessárias.

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

Ao pensar em processo educativo, as ações devem ser estabelecidas coletivamente para atender as necessidades apontadas no diagnóstico das turmas, onde todos são responsáveis por colocá-las em prática, garantindo que as decisões não sejam isoladas, mas sim uma construção do grupo, cabendo à equipe pedagógica da escola o papel de articular as propostas e sua efetivação na prática.

Na análise dos casos relevantes de dificuldades de aprendizagem, o esforço é de pesquisar as causas, o porquê das atitudes dos alunos como um todo, realizando os encaminhamentos necessários. Essa análise...

> torna complexa a prática educativa e exige competência e discernimento para analisar cada situação, daí a importância de um Conselho. Compete aos professores reunidos em conselho fazer as devidas distinções e propor e assumir, quando for o caso, diferentes ações, atitudes para ajudar na solução daquilo que, no momento, se apresenta como necessidade de cada aluno, naquela turma em que estuda. (CRUZ, 2005, p.41)

Quanto à participação do aluno no Conselho de Classe, mesmo sendo ele a figura central das discussões, fica a critério das escolas, conforme o avanço na prática do conselho. Uma vez que o que se observa com essas experiências é que o aluno apresenta suas questões sobre a ação docente do professor que justifica e por vezes critica, e esse processo, em vez de ser dialógico, transforma-se em uma conversa sem aprofundamento, nem em decisões e mudanças almejadas.

Na impossibilidade, pelo exposto, da participação dos alunos nos Conselhos de Classe, realizar pré-conselhos somente com os alunos, diagnosticando as dificuldades da turma, áreas que apresentam dificuldades, disciplina da turma frente ao trabalho do professor, metodologia e vocabulário adotado pelo professor, relação professor-aluno; refletir com a turma sobre os limites que devem ter em suas atitudes em sala, que reflitam e realizem auto-avaliação de suas atitudes e rendimento escolar.

Realizar também pré-conselhos com os professores, se não for possível com todos, que seja individualmente aproveitando as horas-atividade, através de um cronograma que não prejudique outros afazeres que necessite deste horário, solicitando dos professores levantamento dos possíveis casos de alunos portadores de necessidades especiais, de alunos com defasagem de

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

aprendizagem (questões cognitivas), de conteúdo (questões conceituais) ou do não envolvimento dos alunos diante das atividades, enfim, de dificuldades individuais, no sentido de encaminhar para a realização de ações pontuais de efeito preventivo, de recuperação das dificuldades apresentadas.

A organização e realização dos Conselhos de Classe, como um processo de ação educativa da escola, iniciam pela auto-avaliação de seus participantes sobre a colocação na prática das ações propostas no conselho anterior; e a previsão de acompanhamento de ações pós-conselho estabelecidas nas tomadas de decisões, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola.

É importante ressaltar que esse movimento de reflexão-ação deve ser embasado por teorias que alicercem o trabalho, e um dos espaços para que essa reflexão ocorra, num esforço coletivo de professores e equipe pedagógica, são as horas-atividade concentradas.

Reafirma-se que o fundamental é compreender que o Conselho de Classe é muito mais complexo que a simples retrospectiva do comportamento e notas do aluno no decorrer do período, e que neste espaço tornam-se possíveis as mudanças, ainda que pequenas e gradativas, mas que sigam uma mesma direção. E como afirma Dalben (2006, p.78),

> sendo o Conselho de Classe uma instância integradora, pensar seu papel diante de uma nova lógica, em que esteja presente o desvelamento das atuais formas de organização social e ainda das atuais condições de trabalho na escola, leva ao repensar de uma nova relação que deve ser estabelecida entre os profissionais e seu conteúdo de trabalho. Isso só se faz numa ação participativa, fundamentada pelo diálogo com o outro – seja ele aluno, professor, comunidade escolar ou sociedade -, pois exige que as diversas perspectivas sejam consideradas em suas próprias diferenças e valorizadas pelo que significam.

A fala da autora explicita o desafio que a escola necessita enfrentar em relação às mudanças na prática dos Conselhos de Classe, pela sua importância no processo educativo, e pelo espaço prioritário da discussão pedagógica.

É nesse contexto que emerge a importância dos Conselhos de Classe e a urgência no resgate de seu papel, enquanto instância colegiada que propicia o diálogo entre as diferentes posturas e posicionamentos dos diversos

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

profissionais; que possibilita a diminuição dos erros de avaliação que tanto têm prejudicado os alunos quanto a ação docente, assim como a prática pedagógica da escola como um todo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo teórico-prático realizado pelos professores foi possível o levantamento das dificuldades nas práticas pedagógicas da escola como um todo. Nesta reflexão constatou-se que o trabalho coletivo, com a participação efetiva de todos os envolvidos no processo educativo, é de fundamental importância para os avanços e transformações na realidade da escola.

As ações coletivas iniciam-se com a gestão democrática da escola, na participação nos órgãos colegiados, como o Conselho Escolar, onde os representantes dos segmentos da escola sejam atuantes, realizando consultas prévias junto a seus pares, apresentando as propostas e decisões de seus segmentos, quanto às pautas a serem discutidas e nas tomadas de decisões deste conselho.

O Conselho de Classe sendo um órgão colegiado propicia esse momento de ação coletiva, pelos objetivos de seu trabalho, dinamizando o processo de ensino, redefinindo práticas pedagógicas, que garantam a todos os alunos a aprendizagem. Nesse sentido, as mudanças foram realizadas, na estrutura e concepção de participação nos conselhos de classe.

A estrutura proposta nos estudos como pré-conselho, conselho, e pós-conselho, foram implantadas, assim como a metodologia de realização através da auto-avaliação dos profissionais da escola; análise diagnóstica das turmas; proposta de ação individual e coletiva; e análise dos casos relevantes. Quanto à participação dos alunos nos conselhos ocorre num primeiro momento, onde os representantes das turmas participam da primeira parte, apresentando as dificuldades das turmas e sugestões para a solução dos problemas.

O professor ao realizar a auto-avaliação do seu trabalho repensa sua prática pedagógica mediante as dificuldades apresentadas pelos alunos, revendo a metodologia que adota, a avaliação praticada, sua relação com os

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

alunos, tendo assim a possibilidade de mudança em sua prática visando superar as dificuldades, propiciando assim a aprendizagem a todos os alunos.

O trabalho desenvolvido na escola enfocada teve seu início de forma tímida e no decorrer do ano letivo as dificuldades foram sendo superadas. Os resultados alcançados foram significativos em relação a encaminhamentos anteriores; ainda existe um caminho a percorrer e a cada ano letivo ser aprimorado, pois, para enfrentar as questões que surgem no decorrer do trabalho é preciso constante reflexão, a busca da superação, acreditando e envolvendo todos os segmentos da escola para as decisões e ações coletivas. E, o Conselho de Classe como um espaço prioritário da discussão pedagógica, atua como meio de transformação da prática pedagógica, tornando essa trajetória possível.

4. REFERÊNCIAS

CORAZZA, S. M.”Manifesto por uma dida-lé-tica”. **Contexto e Educação**. V.6, n.22, Ijuí: abr/jun. 1991.

CRUZ, Carlos Henrique C. **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12. Os intelectuais. O princípio educativo. In: **Cadernos do Cárcere**. Trad. De Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

MARTINS, L. M. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In DUARTE, N. (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Sentido da pedagogia e papel do pedagogo. In: **Revista ANDE,** São Paulo, n.9, p. 27-28, 1985.

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional

_____. **Escola e democracia**. 32 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SECRETARIA DO ESTADO DO PARANÁ. Equipe Pedagógica. **O papel do pedagogo diante do processo de ensino-aprendizagem**. Curitiba: NREC, 2008.

_____. Coordenação de Gestão Escolar. **Orientações para encerramento do ano letivo: o papel do pedagogo na mediação do conselho de classe**. Curitiba: 2008.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: PUC, 2006. Disponível em http://www.nupe.ufpr.br . Acesso em 17/10/2009.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo, Libertad: 1994.

VEIGA, Ilma P. A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

created with nitroPDF professional
download the free trial online at nitropdf.com/professional